

A NACIONALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES DURANTE O ESTADO NOVO A PARTIR DO OLHAR DO PESQUISADOR ESTADUNIDENSE ROBERT K. HALL**THE NATIONALIZATION OF IMMIGRANTS DURING THE ESTADO NOVO FROM THE LOOK OF THE US RESEARCHER ROBERT K. HALL**Adriana Mendonça Cunha¹

Resumo: este artigo analisa as impressões e observações do pesquisador estadunidense Robert King Hall sobre a política de nacionalização dos estrangeiros empreendida pelo governo Vargas durante o Estado Novo (1939-1945). Para tanto, utilizarei da tese e artigos produzidos por Hall e publicados em periódicos brasileiros e estadunidenses que tratam desta temática. Estes trabalhos resultaram das investigações realizadas por Hall no Brasil em 1940, 1942 e 1948. Quando realizou a primeira viagem, em 1940, Hall cursava o doutorado em educação comparada pela Universidade de Michigan e foi contemplado com bolsa fornecida pelo Itamaraty para realizar pesquisas no país durante seis meses. Esta concessão era resultado de um convênio assinado entre a Universidade de Michigan e o Instituto Brasil-EUA (IBEU), em 1938, para promoção do intercâmbio educacional entre as duas nações. No período em que esteve no Brasil, Hall investigou nossa educação secundária e a nacionalização dos estrangeiros, tendo visitado colônias alemãs em Santa Catarina e japonesas em São Paulo. Embora o foco de sua tese fosse realizar uma análise comparativa do controle federal sobre o ensino secundário na Argentina, Brasil e Chile, a concentração de imigrantes de origem do Eixo despertou o interesse de Hall. Isso aparece não só na tese, como em artigos nos quais o pesquisador estadunidense analisa a política varguista para com os imigrantes, como também compara a situação de alemães e japoneses. Sua análise revela o olhar de um educador estadunidense sobre a nacionalização do ensino e a ameaça que os imigrantes alemães e japoneses representavam no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Palavras-chave: Estado Novo. Nacionalização dos estrangeiros. Robert King Hall.

Abstract: This article analyses the impressions and observations of the American researcher Robert King Hall about the nationalization policy of foreigners undertaken by the Vargas government during the Estado Novo (1939-1945). For that, I will use the thesis and articles produced by Hall and published in Brazilian and American journals that deal with this theme. These works resulted from the investigations carried out by Hall in Brazil in 1940, 1942 and 1948. When he made his first trip in 1940, Hall was studying for a doctorate in comparative education at the University of Michigan and was awarded a scholarship provided by the Itamaraty to carry out research in the country for six months. This concession was the result of an agreement signed between the University of Michigan and the Brazil-USA Institute (IBEU), in 1938, to promote educational exchanges between the two nations. While in Brazil, Hall investigated our secondary education and the nationalization of foreigners, having visited German colonies in Santa Catarina and Japanese colonies in São Paulo. Although the focus of his thesis was to carry out a comparative analysis of federal control over secondary education in Argentina, Brazil

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/COC/Fiocruz). Bolsista CAPES. Mestra em Educação e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: adrianamc.historia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0377-8745>

and Chile, the concentration of immigrants of origin from the Axis aroused Hall's interest. This appears not only in the thesis, but also in articles in which the American researcher analyses the Vargas policy towards immigrants, but also compares the situation of Germans and Japanese. His analysis reveals the look of an American educator on the nationalization of education and the threat that German and Japanese immigrants posed in the context of World War II (1939-1945).

Keywords: Estado Novo. Nationalization of foreigners. Robert King Hall.

Entre o final da década de 1930 e início dos anos 1940, o mundo se viu diante de um novo conflito internacional. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) envolveu países de todos os continentes, incluindo o Brasil, que lutou ao lado dos Aliados, não só fornecendo matérias-primas e cedendo bases militares no Nordeste, como também enviando soldados para o *front* na Europa (MACCANN, 1995; FERRAZ, 2005).

Em meio a esse conflito, o país vivia sob um regime ditatorial conhecido como Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas, que, desde 1930, se mantinha no poder. Durante os quinze anos em que esteve à frente do país, Vargas promoveu uma série de reformas, criando instituições como o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (PANDOLFI, 1999).

Naquilo que se refere ao campo educacional, o regime varguista promoveu uma série de reformas buscando dar um caráter nacional ao ensino. Seus dois ministros da educação, Francisco Campos e Gustavo Capanema, foram responsáveis pela organização do ensino secundário, superior, industrial e rural, entre 1930 e 1945. Já com a guerra em curso, o ensino primário sofreu intervenções, com o fechamento das escolas estrangeiras e a construção de novos estabelecimentos de ensino voltados para nacionalizar os imigrantes que aqui viviam, mantendo suas escolas, línguas e culturas trazidas de seus países de origem (KREUTZ, 2000; BOMENY, 2003; DALLABRIDA, 2009).

Já no plano externo, Vargas procurou manter uma *equidistância pragmática*, negociando durante a década de 1930, com Alemanha e Estados Unidos em busca de

financiamentos para o rearmamento das Força Armadas e o desenvolvimento econômico brasileiro (MOURA, 1980). Tal postura provocava preocupação ao governo estadunidense, que via na aproximação da Alemanha nazista com a América Latina uma ameaça à segurança do continente e os interesses dos EUA na região (LOCHERY, 2015).

Pensando nisso, o governo de Franklin Roosevelt decidiu empreender uma ofensiva no campo cultural, a fim de promover o entendimento mútuo e forjar uma aliança entre as Américas, a partir de uma política de boa vizinhança. Para tanto, foi criado o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), liderado pelo empresário Nelson Rockefeller, e cujo objetivo era promover políticas de intercâmbio cultural, educacional, técnico-científico, produção de filmes, programas de rádio, tradução e publicação revistas, entre outras ações, com o intuito de persuadir os latino-americanos a se juntarem aos EUA na luta contra o Eixo (TOTA, 2000; GRAHAM, 2015).

Foi nesta conjuntura que o jovem pesquisador estadunidense Robert King Hall chegou ao Brasil, em 1940, para estudar nosso sistema educacional. Hall cursava o doutorado em educação comparada na Universidade de Michigan, e estudava o controle federal sobre o ensino secundário em três repúblicas latino-americanas: Argentina, Brasil e Chile. O objetivo desta investigação era descobrir se as reformas promovidas nestas três nações indicavam uma virada rumo à instalação de regimes totalitários ou se correspondia a aspectos históricos dos seus sistemas educacionais (HALL, 1941a, p.3).

Esta viagem foi possível graças a uma bolsa concedida pelo Itamaraty através do Instituto Brasil-EUA (IBEU), que, em 1938, assinou com a Universidade de Michigan um convênio para promoção de intercâmbios educacionais entre os dois países. Pelo *Brazilian Fellowship Program*, três estudantes e/ou pesquisadores estadunidenses viriam ao Brasil, e, em contrapartida, a mesma quantidade de brasileiros seria recebida nos EUA para realizar estudos de seis meses (KROPF, 2020).

Aqui, Hall se interessou não apenas pelo ensino secundário, como também pela política de nacionalização dos imigrantes, destacadamente, alemães e japoneses. O pesquisador estadunidense parece ter compreendido que o problema da educação brasileira não estava centrado na educação secundária, considerada por ele como “elitista, humanista e centralizadora” (HALL, 1941a).

A questão primordial eram as altas taxas de analfabetismo e o contingente de estrangeiros, oriundos de países do Eixo, que se mantinham fieis às suas línguas e culturas de origem. Não por acaso, este tema ocupou parte da tese de Hall intitulada *Federal Control of Secondary Education in the ABC Republics* (1941) e artigos publicados em periódicos brasileiros e estadunidenses.

Este artigo procura apresentar as principais impressões e posicionamentos de Hall sobre o processo de nacionalização dos imigrantes empreendido pelo Estado Novo de Vargas. Dividido em três tópicos, aborda, inicialmente, os principais decretos e ações do regime para assimilar os imigrantes; já nos dois tópicos seguintes, discute as principais observações de Hall quanto a este processo, destacando seu olhar enquanto estrangeiro e estadunidense.

A política de nacionalização dos imigrantes durante o Estado Novo

Desde o século XIX, grupos de estrangeiros começaram a chegar ao Brasil incentivados pelo Estado imperial. As primeiras tentativas de estabelecimento de colônias de imigrantes ocorreram na Bahia (1818) e no Rio de Janeiro (1819), mas não obtiveram sucesso. Já em 1824, o governo fundou a primeira colônia alemã em São Leopoldo (RS). A política imigratória empreendida neste período previa a ocupação de terras, formando pequenas propriedades (SEYFERTH, 1999).

Foi, então, a partir da Lei de Terras (1850) e do fim do tráfico de escravos (1870), que a imigração ganhou impulso, com o objetivo de encontrar substitutos para o trabalho escravo nas lavouras. Caberia aos recém-chegados ocupar territórios

despovoados e promover, no caso dos europeus, o “*branqueamento*” da população através da miscigenação. Alemães, poloneses, italianos, japoneses, espanhóis e portugueses instalaram-se, em sua maioria, em áreas rurais isoladas, marcadamente em estados do sul do país (SEYFERTH, 1999).

Além das diferenças climáticas, linguísticas e culturais, os imigrantes que aqui chegavam se deparavam com a falta de escolas públicas para a instrução dos seus filhos. Vindos de países como Alemanha e Japão, de forte tradição escolar, essa população procurou construir estruturas próprias para oferta de ensino nas regiões onde se instalaram (KREUTZ, 2000, p. 348).

Até o final dos anos 1930, não haviam sido instituídas políticas efetivas para nacionalizar os estrangeiros residentes no país. Antes desse período, ações esporádicas e passageiras foram promovidas, como durante a Primeira Guerra Mundial, quando medidas de intervenção na imprensa e em escolas de origem alemã foram realizadas. Estas operações ocorreram com vistas a modificar “*os currículos escolares, com a exigência de ensino bilíngue e a introdução das disciplinas de história e geografia do Brasil, além de língua portuguesa*” (SEYFERTH, 1999, p. 199). Porém, não foram capazes, por si só, de promover mudanças concretas na organização escolar das colônias estrangeiras.

A persistência da não assimilação dessa população havia se tornado um entrave ao projeto nacionalizador de Getúlio Vargas. Sendo assim, o governo estadonovista procurou imprimir um caráter nacional ao ensino, através da padronização dos currículos, sistematização de conteúdos nacionais e supressão de elementos estrangeiros. Para tanto, era necessária a organização do sistema educacional baseada num currículo mínimo obrigatório, na seleção dos livros didáticos e num método federal de controle e fiscalização da educação, em todos os níveis. Os símbolos, os heróis e a língua deveriam ser nacionais, extinguindo-se a preponderância de culturas e idiomas estrangeiros nas áreas coloniais (SCHWARTZMAN et al., 2000).

A partir de 1938, uma série de decretos-lei foram criados no intuito de nacionalizar os estrangeiros não assimilados no sul do país. O primeiro deles, emitido em 4 de maio, além de limitar e criar mecanismos para controlar a entrada de imigrantes, continha um capítulo intitulado “*Concentração e assimilação*”. Entre as medidas, indicava a proibição de colônias constituídas, majoritariamente, por indivíduos de uma única nacionalidade e interditava o uso de idiomas estrangeiros em estabelecimentos comerciais (BRASIL, 1938, Decreto-Lei nº 406, Art. 39 e 42).

O intuito do governo era acabar com o isolamento de colonos de uma única nacionalidade, aumentando a proporção de brasileiros em relação a estrangeiros. Ainda no mesmo decreto, no capítulo XVI, apontavam-se algumas medidas a serem aplicadas nas escolas das áreas de colonização, como a obrigatoriedade do ensino em português e o uso de livros didáticos exclusivamente nesse idioma; proibição do ensino de língua estrangeira para menores de quatorze anos; obrigatoriedade do ensino de história e geografia do Brasil, e ensino de noções básicas sobre as instituições políticas do país nas classes de educação de adultos organizadas nas colônias (BRASIL, 1938, Decreto-Lei nº 406, Art. 85).

Com a criação da Comissão Nacional de Ensino Primário, ainda em 1938, o governo passou a atacar de frente o problema das escolas de imigrantes. Essa comissão seria responsável por elaborar uma campanha de combate ao analfabetismo, através da cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal, organizando ações para “*nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira*” (BRASIL, 1939, Decreto-Lei nº 868). A partir de então, o governo federal contribuiria financeiramente, através de acordos com os estados, para a construção de escolas primárias em áreas de colonização. Caberia a essas instituições atingirem as crianças em idade escolar e promoverem a alfabetização em português dos jovens e adultos que não falavam o idioma nacional.

Em discurso reproduzido pela revista *Educação* (ABE), em 1940, Vargas apontou os estados que já haviam recebido o auxílio federal: Rio Grande do Sul, Santa Catarina,

Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Eram justamente as regiões de maior predominância de comunidades estrangeiras. O presidente justificou o investimento nestas áreas, indicando que *“a ação federal deu preferência no ajuste dessa colaboração aos Estados onde se faz mister um grande esforço nacionalizador”* (VARGAS, 1940, p. 4).

Para além da formação de um sistema educacional unificado, a questão das colônias estrangeiras não assimiladas se tornou um problema de segurança nacional. A presença considerável de alemães vivendo no sul do país, alguns mantendo laços com o *Reich* nazista, causava temor e apreensão ao Ministério de Guerra brasileiro. Tal situação, aliada à organização social dos colonos em torno de imprensa, revistas, escolas e associações, levantava desconfianças sobre um possível movimento separatista organizado por esses imigrantes (SEYFERTH, 1999).

Em ofício encaminhado por Góis Monteiro a Eurico Dutra, em 24 de janeiro de 1938, o chefe do Estado Maior do Exército alertava para o perigo que os estrangeiros, especialmente os alemães, representavam para a segurança do Brasil. Sugerindo uma imediata campanha de nacionalização, Dutra justificava sua indicação apontando para o contato entre os colonos de origem alemã e o *Reich* de Hitler.

Segundo o ministro, nos estados de Santa Catarina e Paraná estavam concentradas populações estrangeiras compostas por alemães, italianos, japoneses e poloneses. Destes, *“os mais bem organizados são os alemães, devido ao isolamento em que procuram viver, transmitindo aos seus descendentes língua, costumes, crenças, mentalidade, cultura e patriotismo”* (MONTEIRO, 1938). Na avaliação de Monteiro, os alemães seriam os mais difíceis de lidar *“devido ao grande apego à pátria distante e à maneira por que procuram transmitir aos seus descendentes os seus sentimentos de amor pátrio, orientados sempre pelo governo do Reich”* (MONTEIRO, 1938).

Preocupado com uma possível influência nazista na região, o governo emitiu, em dezembro de 1938, um novo decreto-lei. Dessa vez, tomavam-se medidas para controlar a produção, importação e uso de livros didáticos no país. O decreto criava,

ainda, a Comissão Nacional do Livro Didático, responsável, entre outras coisas, por: examinar as obras, e autorizar ou não o seu uso; estimular a produção nacional; indicar livros didáticos estrangeiros para serem traduzidos; promover exposições nacionais daqueles que foram autorizados para uso (BRASIL, 1938, Decreto-Lei nº 1.006).

Havia o temor de que os livros estrangeiros pudessem, de alguma maneira, alimentar o separatismo e o desprezo pelas instituições nacionais. Ou seja, atrapalhavam o projeto varguista de unidade, tornando-se, assim, necessária a integração destes grupos ao restante do país. Tanto o Ministério da Guerra quanto o Ministério da Educação e Saúde (MES) atuaram diretamente nesse processo.

Poucos dias antes de começar a Segunda Guerra Mundial na Europa, Vargas publicou o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros no país. Já no primeiro artigo, indicava as ferramentas que seriam utilizadas para concretizar esse objetivo: *“pelo ensino e o uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”* (BRASIL, 1939, Decreto-Lei nº 1545).

Caberia ao Ministério da Educação e Saúde promover a criação de escolas em regiões de predominância estrangeira, favorecendo as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros; orientar e recrutar professores brasileiros para as escolas nos núcleos coloniais; estimular a criação de instituições patrióticas; exercer vigilância sobre o ensino de línguas, história e geografia do Brasil. Em outros trechos do decreto, é possível identificar a ação conjunta dos dois ministérios no campo educacional, com a instituição obrigatória de educação física e instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário, podendo ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos comandantes da região (BRASIL, 1939, Decreto-Lei nº 1545).

Já sob impacto da guerra e do avanço nazista na Europa, o governo brasileiro tornou obrigatória a inserção da educação cívica, moral e física. O artigo que dispunha

sobre a educação cívica demonstrava a preocupação com a proteção do país em face de forças externas, especialmente no tocante aos jovens que deveriam se preparar para responsabilidades militares. *“Deverá ser criado, no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria”* (BRASIL, 1940, Decreto-Lei nº 2.072).

Coube ao Ministério da Educação e Saúde organizar o ensino público e promover a incorporação das escolas estrangeiras, tornando-as instituições eminentemente brasileiras, com currículo padronizado, conteúdos nacionais e em português. Já o Ministério da Guerra ficou responsável pela segurança nacional, por proteger o país da influência do Eixo, investigando e coibindo quaisquer reações ao processo nacionalizador, fechando escolas clandestinas, prendendo suspeitos e organizando demonstrações públicas de civismo e exaltação dos símbolos e heróis nacionais (SEYFERTH, 1999, p. 221).

Este processo foi marcado por intervenções, violências e resistências. Alemães, japoneses e italianos tornavam-se suspeitos apenas pela sua ascendência, mesmo que não tivessem envolvimento direto com seus países de origem. Prisões, perseguições políticas e arbitrariedades foram cometidas, sob a justificativa da guerra (SEYFERTH, 1999; KREUTZ, 2000). Ao mesmo tempo, vários grupos procuraram, clandestinamente, manter relações com o *Reich* e conservar as escolas étnicas.

As observações de Hall sobre a nacionalização dos estrangeiros (1940)

A política de nacionalização dos imigrantes, empreendida pelo regime de Getúlio Vargas, chamou a atenção de Robert King Hall, durante a sua primeira viagem ao Brasil, em 1940. Embora suas investigações estivessem voltadas para o ensino secundário, o pesquisador estadunidense chegou à conclusão de que *“o analfabetismo é o mal básico de toda a educação latino-americana”* (HALL, 1941a, p. 229). E, por isso, ele defendia que a atuação do governo brasileiro deveria recair sobre a alfabetização da população e a assimilação dos estrangeiros.

Os posicionamentos de Hall sobre tais questões foram explorados não só na sua tese, como também em artigos publicados em periódicos. A partir deles, trarei, aqui, as impressões e os posicionamentos do pesquisador estadunidense sobre as ações do Estado Novo no processo de nacionalização dos imigrantes alemães e japoneses. O primeiro destes textos, escrito em parceria com Margaret Gwenlier Stanton², foi lançado na revista *Formação* sob o título de “*Combate ao analfabetismo nas Repúblicas ABC*” (1941).

No artigo, os autores apontavam o analfabetismo como um grave problema político de dimensão nacional e internacional. Internamente, o elevado número de pessoas não alfabetizadas significava a exclusão da maior parte da população na tomada de decisões, pois elas não poderiam votar. Já no plano externo, representava uma ameaça à segurança do país, devido à quantidade de imigrantes não assimilados, fato que dificultava a construção da unidade nacional, e abria caminho para influências externas (HALL; STANTON, 1941).

Com a guerra, tornara-se urgente a elaboração de políticas nacionais para a alfabetização da população, especialmente no Brasil, onde vivia um alto contingente de estrangeiros que não sabiam o idioma do país. Essa questão estava diretamente relacionada ao analfabetismo, pois “*observou-se que os brasileiros, filhos de estrangeiros, eram analfabetos brasileiros, visto que só conheciam a língua de seus pais. Eles não tinham nenhum elo com a cultura nacional*” (HALL; STANTON, 1941, p. 28).

Por estas razões, Hall considerava a política de assimilação dos imigrantes um problema de segurança nacional a ser tratado pelo Estado. E, neste sentido, o governo de Getúlio Vargas estava, na sua avaliação, sendo bem-sucedido. Segundo afirmava o pesquisador estadunidense na sua tese, a ênfase dada ao nacionalismo e à política de

² Margaret Gwenlier Stanton era professora do Santiago College (Chile) e ajudou Robert K. Hall na coleta de fontes no Chile e no Brasil. Além dos agradecimentos dirigidos por Hall a Stanton na sua tese, foi verificada sua presença no Brasil em 1940, participando de eventos, juntamente com o pesquisador estadunidense. Ver: Conferências da senhora Margaret G. Stanton. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. Domingo, 15 de junho de 1940, p.2. Viajantes. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. Quarta-feira, 26 de junho de 1940, p. 4.

assimilação dos estrangeiros representava “a maior inovação no campo educacional brasileiro das últimas décadas” (HALL, 1941a, p. 115).

“O uso de instituições educacionais para a nacionalização e assimilação de grupos populacionais estrangeiros e a criação de um forte sentimento político unificador” haviam sido o maior trunfo do governo Vargas (HALL, 1941a, p. 116). Isso porque, segundo ele, até aquele momento, nenhum gestor brasileiro havia atacado de frente a questão da assimilação dos imigrantes. Essa situação, inicialmente “cômoda para o governo brasileiro”, havia provocado, segundo Hall, o isolamento desses grupos em relação ao restante do país.

Com a aproximação da guerra e o perigo representado pelos colonos de origem italiana, alemã e japonesa, Getúlio Vargas empreendeu ações efetivas na região. No entanto, mesmo tecendo elogios às ações do regime, Hall foi categórico em criticar as arbitrariedades e a violência utilizadas pelos brasileiros contra os estrangeiros durante todo o processo.

As ações repressivas do Estado Novo para com os imigrantes foram tema de um artigo de Hall, intitulado *Foreign Colonies of Brazil – A North American View* (1941), no qual o pesquisador se dispõe a apresentar uma visão “neutra” do conflito entre brasileiros e estrangeiros no processo de nacionalização, discutindo os argumentos de ambos os lados. Sua análise começava pelo fechamento das escolas, responsável, ao seu ver, por “uma grande quantidade de atritos e problemas desnecessários” (HALL, 1941b, p. 13). O pesquisador apontava para a violência do governo brasileiro para com os imigrantes em estados como São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

Por outro lado, afirmava que “os brasileiros estão corretos quando dizem que as escolas foram inundadas com propaganda nazista” (HALL, 1941b, p. 13). Hall destacava que, em muitos estabelecimentos clandestinos, foram encontrados materiais de propaganda nazista que indicavam a “a necessidade do Lebensraum [espaço vital] para o povo alemão, a superioridade do exército e a localização de organizações nazistas em várias

partes do mundo” (HALL, 1941b, p. 13). Entretanto, ele ressaltava que nem todos os alemães eram, necessariamente, seguidores do nazismo ou partilhavam destas teorias, sendo injustas as ações violentas praticadas pelo governo de forma indiscriminada.

O pesquisador assumia uma posição conciliatória, confirmando que, de fato, existiam referências ao nazismo em muitas escolas e mesmo adeptos desta ideologia entre parte da população. Todavia, a análise da *“correspondência mantida por essas escolas revela que nem todos os estudantes eram de famílias nazistas”* (HALL, 1941b, p. 14). Suas críticas não eram voltadas para a política de nacionalização em si, mas para as truculências cometidas durante o processo. Segundo Hall, *“desde o início da campanha, a lei foi aplicada com uma medida absurda de severidade”*, tornando-se uma oportunidade para a perseguição de brasileiros contra estrangeiros (HALL, 1941b, p. 15).

Ao mesmo tempo em que apontava a capacidade do Estado Novo em nacionalizar os imigrantes e suprimir influências estrangeiras, Hall reconhecia que o Brasil vivia sob uma ditadura, caracterizada pela censura e perseguição aos opositores do regime. O pesquisador estadunidense lamentava o fato de que *“alguns dos mais brilhantes administradores de educação tenham sido dissuadidos de expressar pontos de vista contrários à política do governo por censura e ameaça de prisão”* (HALL, 1941a, p. 55).

Esta era uma das facetas do Estado Novo denunciadas por Hall: a educação nacionalizadora era também aquela que controlava os livros didáticos, censurava e perseguia professores e intelectuais. Para justificar essa afirmação, ele utilizou como exemplo o controle dos livros estrangeiros em circulação no país, destacando a severidade com que o governo estava lidando com a questão. Sem apresentar detalhes da operação, Hall afirmou que, instigados por *“um grupo de oficiais do exército, foram confiscados e queimados milhares de volumes de bibliotecas de escolas secundárias, com o argumento de que continham materiais de doutrinação comunista”* (HALL, 1941a, p. 180).

Segundo ele, atividades como essas eram realizadas sem critérios seletivos e, em muitos casos, resultavam no confisco de obras estrangeiras que não possuíam nenhum tipo de ligação com ideologias como o comunismo e o nazismo. A prova disso era que “entre os livros pesquisados e destruídos, destacavam-se volumes aparentemente inócuos como o *Esboço da História de H. G. Weel e a Escola e a Sociedade de John Dewey*” (HALL, 1941a, p. 180). A censura também prejudicava a circulação de livros estadunidenses, o que não fazia nenhum sentido, levando em consideração as relações de amizade entre Brasil e EUA.

Os prejuízos não se resumiam aos livros, mas também à propagação das ideias, da língua e da cultura estadunidense entre os brasileiros. Num outro artigo, intitulado “*English teaching in Argentina and Brazil*” (1942), Hall tratou da disseminação da língua inglesa na Argentina e no Brasil. No caso deste último, seu objetivo foi demonstrar como a política repressiva estadonovista, direcionada aos estrangeiros, limitava a difusão do idioma no país.

Antes de mais nada, o pesquisador estadunidense deixava claro que não se tratava de uma ação deliberada, mas de um efeito colateral do processo de nacionalização dos estrangeiros. Hall avaliava como positivo o fato de o inglês constar nos currículos da reforma Capanema. Além disso, os brasileiros mostravam-se muito interessados em conhecer a cultura estadunidense. O empecilho estava posto apenas no plano político, pois com a descoberta de estabelecimentos clandestinos, aumentara o antagonismo do governo brasileiro em relação às línguas estrangeiras (HALL, 1942, p. 79)

Hall reconhecia a existência de “*jovens professores, recém-formados em escolas alemãs, ensinando em língua alemã, com livros nazistas, às vezes até financiados pelos nazistas*” e a importância do governo brasileiro em combatê-los (HALL, 1942, p. 80). No entanto, criticava a ação indiscriminada dos decretos de Vargas quanto à entrada de livros, às escolas comandadas por imigrantes e à proibição do ensino de uma língua

estrangeira para menores de 14 anos, pois todas elas acabavam limitando a disseminação do inglês no país.

Estas medidas eram injustas, uma vez que as relações entre Brasil e EUA estavam pautadas na *“sinceridade das intenções”*. Como bons vizinhos, amigos e aliados na luta contra o Eixo, os estadunidenses não deveriam receber o mesmo tratamento que alemães e japoneses. Hall destacava, ainda, a crescente *“popularização do inglês e da cultura estadunidense”* entre os brasileiros como mais uma justificativa da proximidade entre estas duas nações (HALL, 1942, p. 81).

Além do mais, as ações repressivas poderiam gerar um forte sentimento de ódio entre os imigrantes, que se sentiam desrespeitados, dificultando, assim, o despertar do sentimento de lealdade ao Brasil. Este ressentimento parecia, ao pesquisador estadunidense, um perigo muito maior que uma invasão alemã no país, visto que ele poderia provocar uma rebelião interna para derrubada do governo (HALL, 1941b, p. 17-18). Neste sentido, os imigrantes japoneses, residentes em São Paulo, representavam, na sua avaliação, um risco superior aos alemães.

Hall não aprofundou tais afirmações, mas atribuiu aos nipônicos uma relutância maior em serem nacionalizados, quando comparados aos germânicos. Segundo ele, uma das principais razões para isso era a incapacidade do governo brasileiro em fornecer escolas, o que levou à rápida disseminação de estabelecimentos de ensino clandestinos, mesmo com a repressão estatal. Hall apontava ainda que *“com os japoneses será necessário ir muito além dos limites da escolaridade comum. Um sistema de educação total deve ser fornecido”*. O pesquisador parecia ter identificado nos japoneses um povo mais difícil de ser assimilado devido às marcantes diferenças culturais em relação aos brasileiros (HALL, 1941b, p. 18).

A crença na incapacidade de assimilação dos japoneses era partilhada por muitos intelectuais e políticos brasileiros, que já discutiam essa questão muito antes da guerra. Na Constituinte de 1934, por exemplo, foram levantados debates em torno da

limitação da entrada dos chamados “*amarelos*”, como eram referenciados os japoneses por muitos deputados e órgãos de imprensa. Tal medida acabou sendo estabelecida pelo Art. 121 da Constituição, que instituiu cotas reduzidas para a admissão de japoneses no país (MORAIS, 2011).

Essas ações baseavam-se na crença da inadequação racial dos japoneses ao Brasil (SHIZUNO, 2010). A imprensa e os discursos científicos contribuíram para disseminar essa visão, classificando os europeus como imigrantes ideais para o país. Italianos, alemães, portugueses e espanhóis seriam bem aceitos, enquanto os nipônicos seriam elencados como completamente estranhos à nossa cultura (SEYFERTH, 1991, p. 174).

Chegados ao Brasil, a partir de 1908, para trabalhar nas lavouras de café, os japoneses se espalharam pelo interior de São Paulo e do Paraná. Nessas regiões, desenvolveram colônias onde buscavam preservar o *yamatodamashi* (espírito nipônico ou modo de vida japonês), padrão de comportamento adotado pelo militarismo japonês. O preconceito aliado às diferenças linguísticas e culturais fizeram com que se mantivessem isolados e organizassem sua própria imprensa, escolas, clubes, atividades esportivas, como beisebol e sumô, mantendo-se como japoneses residente no Brasil (SHIZUNO, 2010).

Com a guerra, os preconceitos deram vazão a violências e restrições. Em São Paulo, o governo estadual acompanhou os decretos federais, promovendo despejos, vigilância e controle dos japoneses. O fechamento das escolas não foi aceito pelos colonos, que resistiram mantendo estabelecimentos clandestinos. Mais do que instrução, os japoneses viam nelas o local de aprendizagem dos valores essenciais do *Yamatodamashi* (MORAIS, 2011, p. 49).

Conforme apontou Hall, o fechamento das escolas japonesas e a obrigatoriedade do ensino em português não resolveriam, por si só, o problema da assimilação. Isolados, os japoneses buscariam manter seu idioma, sua cultura e seus

valores. Após o fim da guerra, isso se mostraria problemático com a divisão, dentro das colônias, entre aqueles que aceitavam a derrota do Japão no conflito e os que acreditavam na vitória incondicional de sua pátria mãe. Divididos, os colonos acabaram numa “guerra” interna, provocada pela organização *Shindo Renmei*, resultando em diversos assassinatos, prisões e ataques da imprensa contra os japoneses.

Apontamentos sobre as colônias alemãs e japonesas no pós-guerra (1948)

As observações de Hall sobre a situação dos imigrantes alemães e japoneses expressas em seus artigos revelam um interesse do pesquisador no tema. Isso fica ainda mais evidente pelo fato de que, em 1948, Hall empreendeu uma nova viagem ao Brasil para rever colegas brasileiros e, mais uma vez, percorrer colônias em Santa Catarina e São Paulo, a fim de verificar como estes grupos haviam sido inseridos na vida nacional, após a derrota do Eixo na guerra.

Sobre esta experiência, o pesquisador estadunidense publicou, ainda em 1948, dois artigos intitulados “*Notas de viagem através do Estado de Santa Catarina*” e “*South Brazil: an Educational Progress Report*”. O primeiro texto é o relato de uma excursão realizada por colônias alemãs em Santa Catarina, enquanto o segundo apresenta os resultados da política de nacionalização, destacando as diferenças verificadas entre os colonos alemães e japoneses.

Publicado nos jornais *O Estado* (SC) e *Diário de Notícias* (RJ) o relato “*Notas de viagem através do Estado de Santa Catarina*” relatava uma viagem de automóvel realizada pelo pesquisador pelas colônias alemãs daquele estado. Segundo Hall, ele já havia feito o mesmo percurso quando esteve no Brasil em 1940. Classificando esta passagem como “*uma das mais interessantes experiências da minha carreira profissional*”, Hall afirmava ter tido o apoio do secretário de Justiça, Educação e Saúde, Armando Simone Pereira, e o inspetor de ensino, Luiz B. Trindade, que lhe forneceram acesso a documentos e informações nas duas ocasiões (HALL, 1948a, p. 1).

Sobre o roteiro, ele informava ter percorrido as cidades de Nova Trento, Brusque, Itajaí, São Francisco do Sul, Joinville, Jaraguá, Timbó, Rodeio, Rio do Sul, Indaial, Blumenau e ainda vários povoados do interior. Ao visitá-las, Hall se mostrou muito impressionado com o que viu, comparando a situação da região durante e após a guerra.

Visitei as mesmas escolas e falei com várias das mesmas pessoas que eram gratas ao governo, o qual, após um século de esquecimento, estava tomando interesse vital pelos seus problemas. Conclui, de tudo, pela mais chocante transformação de uma área (que fora abertamente de outro país), era um típico estado brasileiro. Se eu não tivesse sabido que tal área antes fora predominantemente germânica e que, pouco antes da guerra, constituía um problema nacional sério, dificilmente chegaria a crer que ela jamais tivesse sido uma “colônia alemã” (HALL, 1948a, p. 1).

Na avaliação de Robert King Hall, o processo de nacionalização dos imigrantes alemães havia se efetivado. O sucesso resultava do empenho dos governos federal e estadual em promover melhorias nas comunicações, estradas, transporte, condições de moradia, educação e saúde durante os oitos anos desde sua primeira viagem. Estas medidas tiveram um impacto direto na educação e na assimilação dos colonos, pois *“provaram aos alemães que era vantajoso abandonar seus laços europeus e adotar a cultura de seu novo lar”* (HALL, 1948a, p. 5).

No tocante às ações específicas no campo educacional, Hall lembrou seus receios, em 1940, quanto à capacidade do governo federal de arcar com as despesas da construção de novas escolas. O pesquisador fazia referência à utilização do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) para edificação de prédios escolares, criado durante o Estado Novo, e direcionado, inicialmente, para as regiões de colonização estrangeira. Segundo ele, diferentemente do que previra, o governo brasileiro conseguira não só dar continuidade ao programa como também fazer dele um projeto bem-sucedido.

Os elogios de Hall acerca da nacionalização do ensino nas colônias alemãs não passaram despercebidos por autoridades políticas e pela imprensa local, que fizeram

questão de utilizar seu relato para fazer propaganda do governo. O jornal *O Estado* (SC), periódico catarinense ligado ao Partido Social Democrático (PSD), do governador Nereu Ramos, publicou uma série de matérias sobre a viagem de Hall ao estado. Além do artigo do pesquisador estadunidense, o periódico lançou, entre os dias 6 e 8 de julho de 1948, um texto, dividido em três partes, intitulado “*As notas de viagem do professor King Hall*”.

O objetivo desta publicação era enaltecer as ações do governador Nereu Ramos, apontado como o “*grande responsável*” pelo processo de nacionalização e progresso educacional das colônias alemãs em Santa Catarina. O testemunho de Robert King Hall serviria “*como o depoimento que consagra, numa vida pública triunfal, o homem que foi capaz de empreender e efetivar essa relevante obra do patriotismo*” (As notas de viagem do professor King Hall. **O Estado**, 8 de julho de 1948, p. 1).

Para além das reflexões veiculadas nas páginas de *O Estado* (SC), o artigo de Hall continuaria a repercutir em discursos e matérias publicadas ao longo de 1948 e início de 1949 sobre a questão da nacionalização dos estrangeiros. A título de exemplo, no dia 17 de julho de 1948, o mesmo periódico reproduziu um telegrama de congratulações enviado pelo diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao governador catarinense pelos elogios que Hall havia emitido sobre a assimilação dos colonos alemães no Estado (Palácio do Governo. **O Estado**, 17 de julho de 1948, p. 1).

Já em 1949, o texto do pesquisador estadunidense seria lembrado pelo periódico por conta de uma crônica, publicada pela escritora Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*. A publicação, intitulada *Olhos azuis*, trazia uma descrição da vida no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Seu relato era muito diferente daquele que fora apresentado por Hall no ano anterior:

Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis com que nos fitam as gentes de certas zonas do sul: tão claros, tão arianos, brigando muitas vezes com a pinta de sangue negro que o seu dono já possa ter de mistura e que se revela no cabelo ou na feição mulata; ou, quando o tipo branco permanece fixo, brigando com a fala mansa de caipira, com descanso, a gentileza, o pé no chão, e outras características tão nitidamente nacionais (QUEIROZ, 1949, p. 1).

A autora afirmava haver uma relutância dos imigrantes ou descendentes de alemães em se reconhecerem miscigenados, parte da realidade nacional. Queiroz ressalta o distanciamento que colonos alemães mantinham e perpetuavam em relação aos brasileiros. Segundo ela, quem percorria Santa Catarina sentia “*estar em um país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso*”, pois, mesmo aqueles que falavam português, o faziam com “*uma pavorosa pronúncia germânica, e fala-a principalmente com um desinteresse; pouco e péssimo, apenas o suficiente para se fazerem entendidos pelos nativos nas suas transações obrigatórias*” (QUEIROZ, 1949, p. 1).

Como é possível constatar, o relato de Raquel de Queiroz e de Robert King Hall apresentavam conclusões bastantes distintas. Enquanto o pesquisador estadunidense se dizia impressionado com as mudanças ocorridas nos últimos oito anos desde que estivera em Santa Catarina, a escritora brasileira apontava para um quadro diferente. Queiroz fazia questão de chamar atenção para um problema que, ao seu ver, não estava ainda resolvido, a assimilação do Sul à cultura nacional.

Sente-se que existe, além da língua, um outro obstáculo mais sutil a separar brasileiros e teuto-brasileiros no vale do Itajaí. Seria forte chamar desprezo o que eles sentem pelos habitantes do resto do Brasil – mas o diabo é que não encontro outra palavra mais amena. É, entretanto, um desprezo disfarçado, uma espécie de desprezo atencioso, porque, depois do trabalho chamado de “nacionalização do vale do Itajaí”, e mormente depois da guerra e da derrota nazista, os alemães dali já não se atrevem a assumir abertamente a sua antiga atitude de super-homens. A impressão que se tem é que eles se encolhem, mas ainda rosnam (QUEIROZ, 1949, p. 2).

A crônica de Raquel de Queiroz foi aqui apresentada por duas razões. A primeira delas é o contraste entre o relato da escritora brasileira e o de Robert King Hall, evidenciando que nem todos viam a nacionalização da mesma maneira. Hall, um observador estrangeiro, parecia mais interessado em verificar o grau de ameaça que aquela população representava para a segurança nacional do país. Na sua avaliação, a derrota do Eixo e a política de assimilação haviam conseguido resolver este problema. A

ação governamental na região, a nacionalização das escolas e a obrigatoriedade do português como primeira língua teriam transformado Santa Catarina num estado brasileiro, onde viviam imigrantes e descendentes de alemães.

Já para Raquel de Queiroz, o uso do português, a nacionalização das escolas ou a mesmo a convivência entre alemães e brasileiros não solucionavam, por si só, a questão. Ao seu ver, existia um sentimento de não pertencimento e de superioridade entre os alemães e seus descendentes, que os faziam não aceitar, ou mesmo desprezar, a cultura brasileira.

A segunda razão para apresentar a crônica de Queiroz foi a repercussão que ela alcançou em Santa Catarina, sendo bastante criticada.³ *O Estado* (SC) publicou, no dia 8 de abril de 1949, uma resposta ao texto de Queiroz, considerado como uma “*ruidosa propaganda feita contra as populações dos núcleos de colonização estrangeira de Santa Catarina*”. Segundo o periódico, a intenção da autora era desmoralizar as ações empreendidas pelo governo. “*Exagerada nas suas conclusões, a romancista descreve a paisagem social do Vale do Itajaí com visível desinteresse pela realidade*” (*O momento*, **O Estado**, 8 de abril de 1949, p. 1).

Para além das críticas à crônica de Raquel de Queiroz, o jornal utilizou o relato de Hall como prova do sucesso que a nacionalização teria alcançado em Santa Catarina. Depois de transcrever vários trechos do artigo publicado pelo pesquisador, a matéria afirmava que “*aí está o que disse um sociólogo norte-americano de renome universal, D. Raquel de Queiroz deve convir em que tais conceitos não teriam sido escritos com leviandade*” (*O momento*, **O Estado**, 8 de abril de 1949, p. 1). Enquanto as palavras de um pesquisador de “*renome universal*” como Robert King Hall deveriam ser levadas a sério, o texto de Queiroz era tratado como uma “*opinião*”, uma “*propaganda enganosa*” que não condizia com a realidade de Santa Catarina.

³ O artigo de Raquel de Queiroz sofreu críticas de várias autoridades catarinenses, a exemplo do prefeito de Blumenau, que escreveu uma resposta a escritora. Ver: Carta de desagravo. Frederico Guilherme Busch Jr. **Cidade de Blumenau**. Santa Catarina, quarta-feira, 30 de março de 1949, ano XXV, nº 96, p. 1.

Mas, se ao contrário de Raquel de Queiroz, Robert King Hall apontava para a efetiva nacionalização dos imigrantes alemães, as impressões do pesquisador estadunidense não eram as mesmas em relação aos japoneses em São Paulo. Tal posicionamento foi explicitado em artigo intitulado *South Brazil: an Educational Progress Report* (1948).

Hall relata uma invasão a uma escola clandestina na cidade de Marília, em agosto de 1940. Segundo ele, “o que os funcionários encontraram no prédio escuro e aparentemente abandonado foi surpreendente” (HALL, 1948b, p. 1). Entre os objetos recolhidos, estavam livros didáticos, retratos do imperador, materiais para cerimônias xintoístas, bandeiras japonesas e artefatos para produção de coquetéis Molotov. No local, também encontraram “cerca de trinta crianças estudando a ética japonesa ou *Shushin*”.⁴

Hall justificou o uso deste exemplo como forma de demonstrar que, passados oito anos, este tipo de ação não era mais comum, pois os imigrantes deixaram de ser um perigo para o Brasil. Segundo ele, “oito anos atrás, esta região era o centro do ódio, do nacionalismo apaixonado e da violência. Hoje, nem sequer é um ponto de referência para o visitante”. (HALL, 1948b, p. 2). No entanto, mesmo não representando uma ameaça à segurança nacional, os japoneses eram um grupo que ainda não havia sido assimilado à cultura brasileira.

Na avaliação de Hall, os japoneses não eram mais perigosos porque haviam sido tomadas medidas para reduzir a entrada deste grupo no país e distribuídos aqueles que aqui viviam por várias regiões. Não se tratava, portanto, do sucesso na política de assimilação, mas da implementação de ações de dispersão e restrições para a imigração dos nipônicos, o que limitaria a influência japonesa no Brasil.

⁴ Shushin era uma disciplina do currículo japonês equivalente à educação moral e cívica. Foi instituída a partir do período Meiji (1868-1912), e tinha como um dos principais princípios o culto à figura do imperador. Ver: OKAMOTO, Monica Setuyo. *Burajiru Jihô (1917-1941) em defesa do ensino da moral japonesa (shûshin)*. Site Transfopress Brasil (Unesp). Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/burajiru-jiho-1917-1941-em-defesa-do-ensino-da-moral-japonesa-shushin>.

Hoje estimados em cerca de 100.000, em vez do exagero do tempo de guerra de cerca de três vezes esse valor – e eles estão sendo espalhados. Hoje, os japoneses no Brasil são economicamente insignificantes. E seus pensamentos não são mais perigosos! A sociedade mudou o que as escolas não podiam (HALL, 1948b, p. 10).

O controle da entrada de japoneses já havia sido estabelecido, desde 1934, com a aprovação da Lei de Cotas, que restringia o ingresso de estrangeiros no país. Na ocasião, os debates travados entre os parlamentares giraram em torno dos imigrantes africanos e japoneses, considerados “*não quistos por não se adequarem aos interesses nacionais*” (MORAIS, 2011, p. 32). O deputado Miguel Couto conseguiu aprovar uma emenda que estabeleceu uma cota anual de no máximo 4 mil imigrantes nipônicos. Até o início dos anos 1930, a média era de até 25 mil japoneses enviados ao Brasil por ano.

Com a guerra, o preconceito em relação aos imigrantes, especialmente os de origem japonesa, havia crescido, tornando-os elementos indesejáveis no país. Além das restrições impostas pelo conflito, os japoneses sofreram, a partir de 1943, com as evacuações do litoral paulista e a dispersão pelo interior do estado. Vale ressaltar que estas medidas ocorreram em caráter nacional, não se restringindo a São Paulo ou a um só grupo étnico, afetando também alemães e italianos (SHIZUNO, 2010).

A questão central destacada por Hall era o papel da educação no processo de assimilação dos imigrantes. No caso dos alemães em Santa Catarina, a nacionalização teria sido bem-sucedida porque o governo local investira na construção de escolas para substituírem os estabelecimentos germânicos. Já em relação aos japoneses, o pesquisador indicava a incapacidade do governo paulistano em atender às demandas deste grupo, fato que teria gerado maior resistência e culminado na adoção de medidas para distribuição dos japoneses pelo estado, impedindo a permanência de cidades com população majoritariamente nipônica.

A não assimilação dos japoneses à cultura brasileira, na visão de Hall, era atribuída a três fatores, a começar pela qualidade das escolas nipônicas, quando

comparadas às brasileiras. Segundo o pesquisador, embora São Paulo tivesse as melhores instituições do país, elas não eram capazes de competir com as japonesas, marcadas pela disciplina e intensidade dos estudos (HALL, 1948b, p. 7). E, por isso, mesmo as mínimas tentativas de obrigar os japoneses a frequentarem as escolas brasileiras não surtiaram o efeito desejado.

Outro ponto era a própria organização interna das colônias, formadas por “cooperativas compostas por camponeses ignorantes, liderados por graduados soberbamente doutrinados nas faculdades japonesas destinadas ao treinamento de colonizadores e pioneiros” (HALL, 1948b, p. 8). Segundo Hall, os líderes das cooperativas que traziam os imigrantes ao Brasil tinham sido treinados no *Shushin*, e, por isso, mantinham viva a idolatria ao império japonês dentro da colônia. Um exemplo disso era o caso da *Shindo Remnei*, mencionado pelo pesquisador.

Parece incrível, mas é um fato estabelecido que, mesmo hoje, mais de três anos após a capitulação do Japão, alguns desses líderes fanáticos conseguiram convencer seus subordinados de que o Japão não foi derrotado e que os jornais, noticiários e transmissões de rádio são meramente propaganda. Os japoneses mais otimistas apontam que existe um motivo econômico e patriótico, pois muitos desses líderes conseguiram liquidar dívidas embaraçosas com uma moeda japonesa sem valor. Quaisquer que sejam os motivos, enquanto houver qualquer dúvida sobre a derrota, haverá pouca pressão para adotar os padrões de cultura do novo país (HALL, 1948b, p. 8).

Neste trecho, o pesquisador estadunidense faz referência à atuação da *Shindo Remnei*, uma organização de imigrantes nipônicos que, entre 1946 e 1947, provocou um conflito entre japoneses residentes em várias colônias do estado de São Paulo. Comandada pelo ex-coronel do exército imperial japonês Junji Kikawa, a *Shindo* reuniu colonos que se recusaram a aceitar a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Financiada por japoneses abastados e voluntários da causa, produziu edições falsas de revistas e jornais que anunciavam a vitória do Japão sobre os EUA.⁵

⁵ Foram produzidas edições falsas da revista *Life*, que, ao invés de apresentar a rendição do imperador ao general MacArthur, reproduziam imagens modificadas, que indicavam a vitória japonesa. Ienes (moeda japonesa) falsos foram emitidos, a fim de veicular a ideia de que a moeda japonesa era bem cotada no

Logo, as colônias ficaram divididas entre os derrotistas ou “*corações sujos*” (*makegumi*), que aceitaram a vitória dos Aliados, e os patriotas (*kachigumi*), que se recusavam a acreditar na rendição do Japão. Durante mais de um ano, a *Shindo* atuou pelo estado, assassinando japoneses *makegumi*, acusados de traição, e enganando a polícia paulista (MORAIS, 2011). Além de provocar pânico e divisão entre os colonos japoneses, a *Shindo* levantou debates em torno da presença japonesa no Brasil, gerando inúmeros ataques xenófobos, na imprensa e na política.

Nos debates da Constituinte de 1946, o deputado Miguel Couto Filho propôs uma emenda que vetava a entrada de imigrantes japoneses de qualquer idade e procedência. A proposta, embora não tenha sido aprovada, gerou uma série de debates entre figuras de destaque como Luís Carlos Prestes, favorável à emenda, e Gilberto Freyre, Nereu Ramos e Gustavo Capanema, que se opuseram à medida (MORAIS, 2011, p. 295). Esta postura preconceituosa em relação aos japoneses era apontada por Hall como terceiro empecilho ao processo de nacionalização deste grupo.

Embora não tenha discutido mais profundamente a questão, nem defendido a xenofobia de brasileiros contra japoneses, Hall parecia concordar que o problema poderia ser resolvido com medidas restritivas para a entrada de nipônicos no país. Enquanto figuras como Miguel Couto Filho defendiam o fim da imigração japonesa partindo de pressupostos raciais, Hall via nas diferenças culturais e educacionais o motivo para a não assimilação deste grupo à cultura brasileira.

Conclusão

mundo devido à vitória na guerra. Chegou-se a instaurar nas colônias um boato de que o imperador havia enviado um navio para buscar aqueles que desejassem voltar para o Japão. Muitos comerciantes e produtores rurais venderam suas propriedades, compraram passagens, esperando retornar ao país de origem. A *Shindo Renmei* atuou durante treze meses, e teve suas atividades encerradas em janeiro de 1947, com um saldo de 31.380 suspeitos de envolvimento com a organização, 381 julgados, 147 feridos, 23 mortos e 80 expulsos do Brasil. Contudo, todos obtiveram perdão presidencial na gestão de Juscelino Kubistchek. Sobre isto, ver: MORAIS, Fernando de. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. **Em nome do imperador: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006 (Dissertação de Mestrado).

A partir da análise dos textos produzidos por Robert King Hall, foi possível perceber duas posições centrais nas suas reflexões. A primeira, foram os elogios que o pesquisador estadunidense dirigiu ao governo Vargas pela iniciativa em promover a assimilação dos imigrantes através de uma política nacional. Para Hall, diante de uma guerra internacional travada entre os Aliados e os países do Eixo, conter qualquer ameaça interna era urgente e necessário. E, neste sentido, uma considerável concentração de alemães e japoneses poderia significar um verdadeiro perigo à segurança brasileira ou mesmo continental.

Sem dúvida, o interesse de Hall em conhecer as colônias alemãs e japonesas, e mapeá-las ia ao encontro das apreensões dos Estados Unidos quanto à possibilidade de uma invasão nazista ao continente, a partir do Brasil. Além disso, sob uma ditadura como o Estado Novo, o governo estadunidense temia uma aliança entre o regime ditatorial de Vargas e os países do Eixo, fato que comprometeria a posição dos EUA na região, além da sua própria segurança.

Um segundo aspecto diz respeito às críticas tecidas por Hall às violências cometidas contra os estrangeiros ao longo do processo. Embora tenha sido altamente cauteloso em suas colocações aos jornais e nos artigos publicados em periódicos brasileiros, na sua tese e em textos lançados nos EUA, o pesquisador fez questão de apresentar o governo Vargas como uma ditadura, marcada pela perseguição à liberdade de expressão, tanto de estrangeiros quanto de intelectuais e educadores brasileiros que pensavam diferente do regime.

Além disso, ele demonstrou incômodo com os decretos limitando a circulação de livros e restrições ao ensino de outros idiomas, pois estes prejudicavam a disseminação da língua inglesa e da própria cultura estadunidense no Brasil. Para Hall, Brasil e EUA eram bons vizinhos, companheiros na luta contra o Eixo, e, portanto, os intercâmbios entre ambos os países deveriam ser abertos, sem sofrer interferências e restrições como as impostas a alemães e japoneses.

Relevante também é o fato de que, após a guerra, Hall foi convidado a atuar no Japão liderando uma comissão responsável pelo estudo da educação japonesa, e proposta de um plano para democratização do sistema educacional do país asiático ocupado pelos Supremo Comando das Forças Aliadas, comandado pelo general estadunidense Douglas MacArthur. Se a experiência no Brasil contribuiu para isto, ainda não sabemos. Mas aquilo que podemos afirmar é que as viagens e os estudos realizados por Hall em solo brasileiro contribuíram para projetá-lo no campo educacional estadunidense.

Referências

BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. **Em nome do imperador: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006 (Dissertação de Mestrado).

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizadora do ensino secundário. **Educação**, vol. 32, n. 2, maio/ago. 2009, p. 185-191.

GRAHAM, Sarah Ellen. **Culture and Propaganda: the progressive origins of American Public Diplomacy, 1936-1953**. New York: Ashgate Publishing, 2015.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

KROPF, Simone P. Circuitos da boa vizinhança: Diplomacia cultural e intercâmbios educacionais entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 36, n. 71, p. 91-118, maio/ago. 2020.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução: Lourdes Sette. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Tradução: Jayme Taddei e José Lívio Dantas. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**: a história da Shindo Renmei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil (1939-1950)**: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

NINKOVICH, Frank A. **The Diplomacy of Ideas**: U.S. foreign policy and cultural relations (1938-1950). Cambridge University Press, 1981.

OKAMOTO, Monica Setuyo. *Burajiru Jihô (1917-1941) em defesa do ensino da moral japonesa (shûshin)*. Site Transfopress Brasil (Unesp). Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/burajiru-jiho-1917-1941-em-defesa-do-ensino-da-moral-japonesa-shushin>.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RABELO, Fernanda. Carleton Washburne e o Departamento de Estado dos EUA: a educação latino-americana em meio à política de boa vizinhança. **Anais do I Congresso Internacional Pensamento e Pesquisa sobre a América Latina**. FFLCH/USP, São Paulo, 2019.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. **Cultura: Revista de História e Teorias das Ideias**, v. 24, 2007, p. 155-179.

RAPOSO, Pedro M. P.; SIMÕES, Ana; PATINIOTIS, Manolis; BERTOMEU-SANCHEZ, José R. Moving localities and creative circulation: travels as knowledge production in 18th-century Europe. **Centaurus**, 2014, p. 167-188.

RINKE, Stefan. **América Latina e Estados Unidos**: uma história entre espaços – do período colonial aos nossos dias. Recife: EDUPE, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil**. Londrina: EDUEL, 2010.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. **O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema na política de boa vizinhança durante a II Guerra Mundial**. São Paulo: Alameda, 2017.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, jan./jun. 2013, p. 9-36.

Fontes

HALL, Robert K. **Federal Control of Secondary Education in the ABC Republics 1941**. Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirement of the degree of Doctor of Philosophy. University of Michigan, Ann Arbor.

HALL, Robert King; STANTON, Margaret Gwellian. Combate ao analfabetismo nas repúblicas ABC. **Revista Formação - Revista Brasileira de Educação**, ano IV, nº 36, julho de 1941, p. 18-29.

HALL, Robert King. Foreign Colonies of Brazil – A North American View. **The Inter-American Quarterly**, 1941, p. 5-19.

HALL, Robert King. English teaching in Argentina and Brazil. **The Elementary English Review**, vol. XIX, n. 3, March 1942, p. 77-84.

HALL, Robert King. Notas de viagem através do estado de Santa Catarina. **A Manhã**. Rio de Janeiro. Domingo, 29 de agosto de 1948, p. 1 e 2.

HALL, Robert King. South Brazil: An Educational Progress Report. **Teachers College Records**, 1948, p. 1-12.

QUEIROZ, Rachel de. Olhos azuis. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 19 de março de 1949, p. 1.

VARGAS, Getúlio. A educação nacional e a conferência dos interventores. Discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas por ocasião da conferência dos interventores. **Revista Educação**, nº 6, jan./1940, p. 4.

As notas de viagem do prof. King Hall. Parte I. **O Estado de Florianópolis**. Santa Catarina. Terça-feira, 6 de julho de 1948, p. 1.

As notas de viagem do prof. King Hall. Parte II. **O Estado de Florianópolis**. Santa Catarina. Quarta-feira, 7 de julho de 1948, p. 1.

As notas de viagem do prof. King Hall. Parte III. **O Estado de Florianópolis**. Santa Catarina. Quinta-feira, 8 de julho de 1948, p. 1.

Palácio do Governo. **O Estado de Florianópolis**. Florianópolis. Sexta-feira, 17 de julho de 1948, p. 1.

O momento. **O Estado**. Florianópolis, 8 de abril de 1949, p. 1.

Ofício encaminhado por Gois Monteiro a Eurico Gaspar Dutra com cópia endereçada a Gustavo Capanema, em 24 de janeiro de 1938. **Arquivo Gustavo Capanema**, CPDOC. Localização: 11934.11.30.

Decreto- Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, 06/05/1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1939, cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial da União**. 18/11/1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1939, cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial da União**. 18/11/1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**. 30/12/1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-norma-pe.html>.

Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. **Diário Oficial da União**. 25/08/1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html>.

Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **Diário**

Oficial da União, 11/03/1940. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Submetido em 10.05.2021 – Aceito em 01.06.2021